



FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Laisa Regina Di Maio Campos Toledo¹

RESUMO

O foco desta comunicação é a análise das particularidades da situação de vulnerabilidade social das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, destacando as condições de vida das mulheres em posição de chefia feminina e os reflexos na dinâmica familiar. O privilegiamento da perspectiva teórica de gênero inscreve as desigualdades nas bases históricas e materiais. A relevância no âmbito do Serviço Social se manifesta quando avaliamos o impacto de políticas públicas direcionadas para esse público alvo. Finaliza destacando a necessidade de focar ações afirmativas, atentando para a tarefa urgente de desconstruir formas discriminativas no trabalho com esse segmento.

Palavras Chaves: Famílias monoparentais chefiadas por mulheres; família e vulnerabilidade social; chefia feminina; desigualdade de gênero

ABSTRACT

The focus of this communication is the analysis of the particularities of the social vulnerability of single parent families headed by women, highlighting the living conditions of women in the leadership of women and the effects on family dynamics. The privileging of the theoretical perspective of gender inequalities inscribed bases and historical materials. The relevance in the context of Social manifests itself when evaluating the impact of public policies directed to this target audience. Ends highlighting the need to focus on affirmative action, attending to the urgent task of deconstructing discriminative ways of working with this segment.

Keywords: Single-parent families headed by women, family and social vulnerability; female head; gender inequality.

¹ Doutora. Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). laisactoledo@gmail.com



INTRODUÇÃO

É visível o movimento do Estado neo-liberal na busca de alternativas solidárias com a família, impulsionado por um novo reordenamento das políticas públicas, na perspectiva de sua desobrigação no enfrentamento da questão social. Cada vez mais o Estado chama a responsabilidade da sociedade civil e particularmente da família para administrar, na sua dinâmica interna, aquilo que seria de sua competência, gerado pelas contradições inerentes à relação capital trabalho.

No contexto das políticas públicas, particularmente na área da assistência social, há uma marcada intenção de centrar na família as estratégias e programas de proteção social, exatamente nos limites da julgada “incapacidade” da família de fazer frente aos cuidados e proteção dos seus membros.

Entre as demandas da família contemporânea podemos recortar o fenômeno das famílias monoparentais chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social, cada vez mais visível nos centros urbanos, com destaque, no âmbito das ações básicas previstas nas políticas públicas, como *população potencialmente vulnerável*, o que inclui mulheres e crianças.

No caso da monoparentalidade, de acordo com os dados do IBGE (2009), a mulher responde por um em cada quatro domicílios no Brasil e nos últimos dez anos, a chefia feminina aumentou cerca de 8%, de 22,9%, em 1995, para 30,6% em 2005. De 1995 à 2005, a percentagem de famílias chefiadas por mulheres com filhos e sem cônjuge passou de 17,4% para 20,1% no Nordeste, e no Sudeste de 15,9% para 18,3%.

Segundo o IBGE (2005)²,

A chefia feminina ainda é fortemente representada nas famílias onde não há cônjuge, principalmente no tipo de arranjo familiar onde todos os filhos têm 14 anos ou mais de idade. Neste caso é possível encontrar mães solteiras ou separadas com filhos já criados ou até mesmo viúvas, cujos filhos permanecem em casa por opção ou necessidade.

Aparentemente, as determinações sócio-históricas que colocam a mulher em posição de chefia são múltiplas: situação de viuvez social (viúvas do tráfico, da AIDs), abandono, separação motivada pela violência doméstica, passando pela ausência temporária do cônjuge que saiu em busca de trabalho, gravidez precoce na adolescência, objetivação de um projeto de autonomia etc. Se pela diversidade podemos analisar qualitativamente a riqueza de sua manifestação, pelo corte de renda e condições de vida podemos traçar pontos de unidade quando enquadrarmos a diversidade na situação de vulnerabilidade. Este

² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Notícias. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774>. Acesso em 22 de abril de 2009.



é o foco desta comunicação, que se situa na *análise das particularidades da situação de vulnerabilidade social, das condições de vida das mulheres em posição de chefia feminina, e os reflexos na sua tarefa de atenção e proteção aos membros da família, privilegiando a perspectiva de gênero.*

A necessidade de identificar e contemplar as particularidades de manifestação de um fenômeno desse porte, no âmbito do Serviço Social, manifesta-se quando formulamos e avaliamos o impacto de políticas públicas. Carvalho (1998:75), ao analisar as políticas sociais dirigidas para grupos específicos, levanta e reforça esse aspecto:

As políticas para grupos específicos ainda sofrem pelo fato de que a compreensão do objeto de trabalho e intervenção pode não se dar apropriadamente, mas tão somente através de sua manifestação empírica.(...) Uma problemática alvo de políticas sociais é, antes de tudo, uma construção globalizante. Isto faz com que por trás de um único problema se esconda muitas vezes uma enorme diversidade empírica do mesmo fenômeno. É essa diversidade que o profissional deve estar atento quando implementa políticas específicas para grupos-alvo. O fenômeno das famílias ou domicílios chefiados por mulheres se enquadra nesse grupo de fenômenos que traz em si uma miríade de manifestações empíricas.

As famílias chefiadas por mulheres passaram a ser alvo específico de atenção das políticas públicas pelo maior ou menor grau de vulnerabilidade social. De um modo geral, o grau de vulnerabilidade das famílias chefiadas por mulheres tem uma relação direta com a pobreza, medida pelos indicadores de condição de vida, que ganham contornos mais dramáticos quando cruzamos com as determinações de gênero e raça. A partir desses pressupostos, desenvolvemos os aspectos que qualificam a situação de vulnerabilidade, avançando para além dos indicadores de pobreza e adentrando no universo das questões afetadas a outras dimensões, privilegiando a perspectiva analítica de gênero.

1. ENTENDENDO A VULNERABILIDADE SOCIAL

As famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social devem ser pensadas no contexto da rede familiar na interface com a perspectiva de gênero. A vulnerabilidade social tem a sua maior objetivação nos indicadores de renda, escolaridade e condições de vida. Apesar da indiscutível importância desses parâmetros, entendemos que a dimensão do social extrapola esses determinantes. Podemos ampliar a partir do corte de gênero e raça

Na Região Metropolitana de São Paulo, conforme apontado pelos dados do SEADE (1994), a maioria das famílias chefiadas por mulheres se encontra nas camadas mais pobres da população, com grande predominância entre as mulheres de cor negra/parda.



Segundo a Fundação Carlos Chagas (2009)³, a partir de dados mais recentes pesquisados pelo IBGE (2002):

Na maioria das unidades da federação predominam entre as chefes de família as mulheres pretas e pardas e, invariavelmente, o rendimento mensal dos domicílios chefiados por mulheres é inferior àquele dos domicílios cujos chefes são do sexo masculino. Assim, em 2002, 53% das chefes de família contavam com um rendimento domiciliar mensal de até 3 salários mínimos (SM) para 45% dos chefes do sexo masculino.

Berquó (2001:18) analisando os dados relativos a 2000 assinala que “entre as famílias chefiadas por mulheres que não tem rendimento ou recebem menos que um salário mínimo, as chefiadas por negras são 60%”.

Em relação à presença da mulher no mercado de trabalho, verificamos que as oportunidades de trabalho se objetivam mais no setor terciário e doméstico, o que a vulnerabiliza pela desproteção sob o ponto de vista da organização sindical. Ou seja, esses setores não contam com uma organização suficientemente forte para fazer frente à defesa dos seus direitos. Some-se que nesses setores é comum a presença da informalidade, o que a expõe mais ainda à desproteção das leis trabalhistas.

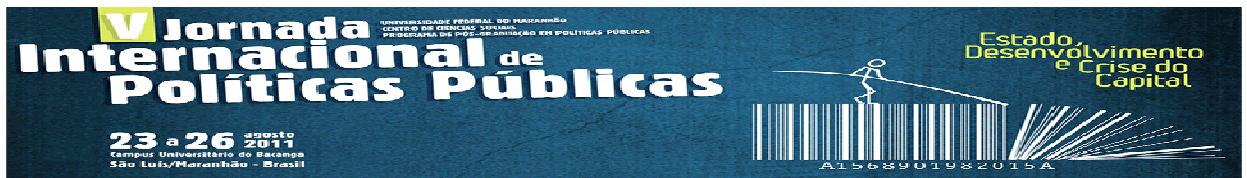
No setor industrial ainda são atribuídas à mulher tarefas monótonas e repetitivas, os salários são inferiores, a jornada de trabalho é maior do que a dos homens, o salário ainda é inferior daquele percebido pelos homens para a mesma função e o tempo médio de desemprego das mulheres com experiência anterior vem crescendo.

O número de filhos é outro indicador que compõe a situação de vulnerabilidade. Pelo CENSO de 2000 aumentou o número de domicílios chefiados por mulheres que ganham até dois salários mínimos com crianças de zero a seis anos. Em 1991: 7,4% e em 2000: 10%. Também, registra-se 56,6% o percentual de crianças de 0-6 anos que estão se desenvolvendo em domicílios com mulheres como responsáveis pela chefia feminina que ganham até dois salários mínimos.

Finalmente, registra-se a baixa escolaridade, corroborando para a definição de um quadro pouco alentador para dar conta das estratégias de sobrevivência atreladas apenas ao esforço pessoal ou amparadas na rede tênue de solidariedade da família extensa ou da comunidade.

Podemos inferir que o fenômeno de famílias chefiadas por mulheres se apresenta como uma das faces da feminização da pobreza com repercussões preocupantes quando estendemos para as exigências que lhe são inerentes no que toca à atenção e proteção dos seus membros.

³ FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres, trabalho e família. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html>. Acesso em 20 de setembro de 2009.



2. A QUESTÃO DA CHEFIA FEMININA

A visibilidade objetiva deste fenômeno encobre vários aspectos ainda pouco explorados. Um deles é a precisão conceitual do que se entende por chefia feminina. Derivada da posição de chefe da família, a chefia feminina pode ser entendida pelo senso comum apenas como a versão diferenciada de gênero da chefia masculina. Porém não é assim tão simples.

A chefia familiar é uma posição moral além de financeira e traz implícito um sistema patriarcal de governança. Carvalho (1998) levanta que chefia feminina apresenta dificuldades conceituais por se referir, originariamente, a uma posição na família ancorada por um sistema patriarcal de hierarquia e poder, e esse é um tema bastante complexo quando situamos no âmbito das relações de gênero.

As desigualdades de gênero de fato não foram gestadas pela ordem social burguesa, mas esta manteve e até acentuou por meio da exploração do trabalho feminino e ganham contornos específicos quando particularizamos como uma mediação possível das expressões da questão social

Iamamoto (2004: 268), nessa perspectiva, inscreve as disparidades nas relações de gênero, ao lado das características étnico-raciais e formações regionais, nas bases históricas e materiais como *mediação* das expressões da questão social

A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista e diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais nela engendradas, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

O poder, nesse sentido, materializa a ideologia da ordem patriarcal, e as gênero conseqüentes desigualdades de pela qual as mulheres se convencem que a sujeição é natural.

3. CHEFIA FEMININA E VULNERABILIDADE NO TERRENO DA MATRIFOCALIDADE

A organização familiar tradicional marca claramente o lugar da mãe e do pai na sua dinâmica. Tradicionalmente sempre couberam à mãe os cuidados dos seus membros, prioritariamente necessários nas situações de ameaça da unidade familiar frente às adversidades e imprevisibilidades do cotidiano. A importância dada à matrifocalidade ou centralidade na mãe não é um fato novo na nossa cultura, mas vem se objetivando com novos contornos.

Com o advento da modernidade, “o controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores e as crianças passaram a ser identificadas como vulneráveis e necessitando de um treinamento emocional a longo prazo”. (GIDDENS, 1992: 53). A valorização da infância bem como o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, veio acompanhada de novas responsabilidades e cobranças, custando muitas vezes a perda do pátrio poder quando não correspondidas⁴.

A chefia implica uma presença redobrada na socialização e controle dos membros da família, porém, na ausência da figura masculina, há um estigma de que as mulheres são menos capazes para cuidar de suas famílias ou para administrá-las sem um homem. Tal questão, inclusive, força muitas mulheres a enfrentarem ou se sujeitarem a uniões indesejáveis, de um lado como resposta à pressão de ter um homem dentro de casa para a segurança da família (mesmo que esse homem seja um agressor) e, do outro, para afastar o sentimento de fracasso por não ter conseguido manter a união conjugal (SALEM: 1980; VITALE: 1987). A experiência do abandono vulnerabiliza as mulheres e as ronda como um espectro temido e a ser execrado, já inscrito em uma sina geracional (TOLEDO, 2007).

Outro aspecto que vulnerabiliza as mulheres na posição de chefia diz respeito à incipiente rede disponível de solidariedade. Na ausência de políticas públicas implementadoras de ações afirmativas, a dificuldade em organizar as responsabilidades profissionais expõe a mulher a ocupações temporárias com pouca permanência no emprego. As dificuldades decorrentes da empregabilidade somam-se às adversidades para responder às expectativas depositadas na mãe no cuidado com seus membros.

⁴ Países na vigência do Estado do Bem Estar Social implementaram programas bastante eficientes de controle das atribuições das famílias, inaugurando a prática da culpabilização sumária seguida da imediata retirada das crianças do convívio familiar, em nome da defesa dos seus direitos, diante da mínima suspeita de negligência ou maus tratos. O assistente social foi, seguramente, um dos agentes responsáveis por essa prática. (LASH, 1991).



Recuperando as expectativas inerentes à posição da mãe na unidade familiar, é comum julgá-la como negligente quando não consegue responder pelas necessidades e cuidados dos filhos, e há um estabelecimento estreito de uma relação entre famílias chefiadas por mulheres e “desajustes” dos filhos. São exatamente nessas circunstâncias que o apelo à expressão “família desestruturada” é errônea, pois encerra uma idéia conservadora e discriminatória.

A necessidade do trabalho para fazer frente aos desafios de reposição da sobrevivência impulsiona para a informalidade e a multiplicação do tempo despendido, muitas vezes sacrificando o convívio afetivo. Lembrando que as chances são mínimas de recorrer a serviços ou contar com a ajuda de especialistas, em situações limites tem sido comum as mulheres abdicarem da criação direta dos filhos, deslocando a responsabilidade para terceiros, geralmente a avó, o que vem gerando o fenômeno de circulação de crianças⁵. Nesse sentido, as mulheres ficam muito mais expostas às angústias, inseguranças e tensões que desestabilizam emoções e corroem a confiança na sua capacidade de cuidar dos seus membros. Aqui temos outra faceta da vulnerabilidade: a imputação da culpa pela perda da noção da responsabilidade materna.

Mais ainda, a vulnerabilidade distancia as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à autonomia e mobilidade social. A educação dos filhos pela exposição direta às situações de adesão à violência e criminalidade é concreta e pode se intensificar quando o jovem encontra nessa alternativa a possibilidade de vencer estigmas e preconceitos acumulados no processo de construção de sua identidade. Podemos, inclusive, arriscar que muitas dessas escolhas são motivadas pelo projeto de recompensar os esforços maternos com um destino mais confortável, dada a importância e centralidade da figura da mãe em nossa cultura⁶.

CONCLUSÃO

FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A precarização das condições de vida e dos serviços prestados pelo Estado oferece um terreno fértil para o ressurgimento da importância da família, cujas dimensões tendem a

⁵ Circulação de crianças diz respeito ao fenômeno de crianças que são criadas pela avó, geralmente do lado materno, ou parentes próximos. É mais significativa a criação pela avó e geralmente em outra cidade/Estado.

⁶ A pesquisa realizada pela Datafolha em 2008 junto aos jovens de 15 a 24 anos, com abrangência nacional (1.541 jovens em 168 cidades), indicou que quando o assunto é confiança ou amor a mãe é a figura mais lembrada. FOLHA DE SÃO PAULO. Pesquisa Datafolha – Perfil da juventude. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2707200801.htm>> Acesso em 27 de julho de 2008.



ampliar-se por meio da responsabilização da família na tarefa de proteção dos seus membros. A atual incapacidade do Estado no enfrentamento das demandas sociais, por conta da orientação do modelo neo-liberal, surge como pano de fundo para uma tendência crescente de transferência de responsabilidades do Estado para a comunidade e a família. Embora a Política Nacional de Assistência Social (2204) assegure a centralidade da família e avance nas intenções de tratá-la como um sujeito de direito, ainda estamos distante de um quadro satisfatório no amparo a esse segmento. (TOLEDO, 2007)

Diante desse panorama, impõe-se cada vez mais a necessidade de focar as famílias chefiadas por mulheres, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social como alvo de políticas públicas. Hoje a crescente presença feminina na manutenção econômica da unidade familiar inclui a situação da mulher como responsável economicamente pela sua sobrevivência mesmo com a presença do cônjuge masculino. É por isso que a vivência de situações incertas diante da pobreza e da desigualdade coloca a família como uma prioridade na agenda das políticas públicas.

Resta, ainda, muito para acumular a respeito no debate interno da profissão, inclusive até pela necessidade de reparar velhos ranços e julgamentos quando estamos diante de uma família que não é igual à nossa ou ao modelo idealizado tão invocado e já ultrapassado. Não precisamos repor modelos. Basta atentarmos para o fato que hoje são várias as possibilidades de objetivações da família, o que nos autoriza a falar em *famílias* quando estamos diante do desafio da sistematização teórica e da implementação de ações básicas voltadas para esse sujeito coletivo.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Sueli G. Pacheco do e TOLEDO, Laisa Regina Di Maio Campos. "Trabalho e a feminização da pobreza". In *Presença da mulher*. Ano XV, (40). Outubro/Dezembro. São Paulo: Anita. 2001.

BERQUÓ, Elza *Cadernos Mulheres Negras* – AMB. 2001.

CARVALHO, Luiza "Família chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida". In *Revista Serviço Social e Sociedade*. (57) Ano XIX. Julho. São Paulo: Cortez. 1998.

GIDDENS, Anthony *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: UNESP. 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. "Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do



assistente social na área sociojurídica”. In Mione Apolinário Sales, Maurílio C.de Matos, Maria C. Leal (organizadores). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez. 2004

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração - A família: santuário ou instituição sitiada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

SAFFIOTI, Heleieth I. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.

SALEM, Tânia “Mulheres faveladas: com a venda nos olhos”. In *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. (1) Rio de Janeiro: Zahar.1980.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP). *Famílias Chefiadas por Mulheres – Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: SEADE 1994.

TOLEDO, Laisa R. Di Maio Campos. *As multidimensionalidades do feminino no jogo do poder no campo da sexualidade – um estudo na perspectiva da identidade*. São Paulo: PUCSP, tese de doutorado. 1995.

_____ “Violência doméstica e familiar: uma demanda a ser enfrentada”. In *Revista PUC Viva*. (30), abr./jun São Paulo: APROPUC, 2007.

_____ “A família contemporânea e a interface com as políticas públicas” In *Ser Social*. (21), Jul/Dez. Brasília: UNB, 2007.

VITALE, M. A. F. (1987) “A violência no cotidiano das famílias de camadas populares”. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano VIII nº 24, agosto. São Paulo: Cortez. 1987.